

## **Movimento de Catadores de Material Reciclável: Ausências e Emergências**

**Alessandra Knoll** (UFSC) - alekawaii@gmail.com

**Sergio Luís Boeira** (UFSC) - sbsergio762@gmail.com

### **Resumo:**

*O objetivo geral deste artigo é examinar a marginalização e a emergência dos catadores de materiais reciclagem a partir da contribuição teórica do português Boaventura de Sousa Santos , especialmente de suas propostas de sociologia das ausências e sociologias das emergências. Além disso, definimos como objetivo específico descrever um caso localizado em Florianópolis, no qual o referido paradoxo ganha uma conotação de clientelismo Para isso, utilizam-se dados de pesquisa qualitativa realizada sobre uma associação de catadores de Florianópolis. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva de abordagem qualitativaO artigo está estruturado da seguinte forma: além desta breve introdução, há duas seções e as conclusões. Inicialmente, apresenta-se uma síntese da trajetória intelectual de Boaventura Santos e sua crítica à ciência moderna. Em seguida, apresenta-se a síntese de estudo de caso local envolvendo uma rede de entidades, com destaque para a Associação de Catadores de Material Reciclável (ACMR) e a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP). Nas subseções, argumenta-se que, segundo a sociologia das ausências e a sociologias das emergências, é possível identificar um paradoxo entre ausência/emergência dos catadores de materiais recicláveis, em situação que se caracteriza como clientelismo.*

**Palavras-chave:** *Sociologia das ausências. Sociologia das emergências. Catadores de materiais recicláveis*

**Área temática:** *GT-18 Trabalho Autogestionário, Economia Popular Solidária e Educação: Processos Organizacionais e Protagonismos, em busca de Cidadania e Reconhecimento*

## **Introdução**

A problemática dos resíduos sólidos acompanha a industrialização e se torna crescentemente uma problemática civilizatória à medida que a produção industrial avança no contexto de sociedades consumistas, com intensa produção de material descartável em lixões nos quais trabalhadores vão encontrar comida e mantimentos para sua sobrevivência miserável. Como as imagens dos lixões e o debate sobre os direitos humanos se cruzam no noticiário, nas últimas décadas, o tema transcende os aspectos físicos relativos à poluição para incluir perguntas sobre quem são os catadores que sobrevivem do que a sociedade urbano-industrial chama de lixo.

Tal problemática, que revela a insustentabilidade socioambiental num primeiro momento, começa a ganhar um espaço na chamada agenda positiva do ambientalismo, com formas de reciclagem viabilizando redução de custos nas empresas e novas formas organizacionais, incluindo movimentos sociais, associações e cooperativas de catadores de material reciclável.

Por outro lado, subjacente à crise civilizatória, emerge também um debate no âmbito das ciências sobre a chamada racionalidade instrumental (ou funcional). Um dos autores que se destaca nesse debate é o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Ele afirma que a ciência está em crise devido ao desperdício da experiência social provocado pela limitação da racionalidade instrumental diante de fenômenos sociais ou socioambientais. O pensamento científico positivista/funcionalista limita a ciência porque exclui outras formas de racionalidade (e de saber), como se houvesse na história da ciência apenas uma concepção de ciência e seus derivados. Para mudar o cenário, o autor sugere que se opte por uma ecologia de saberes e por uma razão cosmopolita, o que será tratado mais adiante.

Entende-se que tal abordagem é adequada para a compreensão do tema deste artigo, visto que os coletores ou catadores de materiais recicláveis fazem parte de um grupo social simultaneamente marginalizado e em crescente evidência nas sociedades. Marginalizado, sim, na medida em que é associado à informalidade da atividade socialmente desprezada que exercem em meio ao lixo – aquilo que foi excluído pela sociedade, que não tem mais utilidade. Por outro lado, há crescente evidência de que suas organizações, por mais precárias que sejam, são socialmente relevantes para tratar de materiais recicláveis, no contexto da crise de insustentabilidade socioambiental mundial que afeta, em diferentes proporções, os diversos segmentos sociais de todas as nações. Com a contribuição de Santos pode-se abordar o paradoxo que denominaremos marginalização/emergência dos catadores, a partir do que o autor propõe como sociologia das ausências e sociologia das emergências, complementando tal abordagem com a contribuição de Nunes (1997) no que se refere ao conceito de clientelismo. Para introduzir estas ideias será preciso retomar resumidamente aspectos da contribuição teórica de Santos ao longo das últimas décadas.

Pelo exposto aqui é possível definir o objetivo geral deste artigo: examinar o paradoxo marginalização/emergência dos catadores de materiais reciclagem a partir da contribuição teórica de Santos, especialmente de suas propostas de sociologia das ausências e sociologias das emergências. Além disso, definimos como objetivo específico descrever um caso localizado em Florianópolis, no qual o referido paradoxo ganha uma conotação de clientelismo (NUNES, 1997; BAHIA, 2003). Para isso, utilizam-se dados de pesquisa qualitativa realizada sobre uma associação de catadores de Florianópolis.

O artigo está estruturado da seguinte forma: além desta breve introdução, há duas seções e as conclusões. Inicialmente, apresenta-se uma síntese da trajetória intelectual de Boaventura Santos e sua crítica à ciência moderna. Em seguida, apresenta-se a síntese de estudo de caso local envolvendo uma rede de entidades, com destaque para a Associação de Catadores de Material Reciclável (ACMR) e a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP). Nas subseções, argumenta-se que, segundo a sociologia das ausências e a sociologias das emergências, é possível identificar um paradoxo entre ausência/emergência dos catadores, em situação que se caracteriza pelo que Nunes (1997) e Bahia (2003) definem como clientelismo. Finalmente, apresentam-se algumas conclusões.

## **1. Boaventura de Sousa Santos e a crítica à ciência moderna**

O português Boaventura de Sousa Santos, nascido em 15 de novembro de 1940, em Coimbra, é doutor em sociologia do direito pela Universidade de Yale, tendo atualmente destaque como um dos principais epistemólogos e cientistas sociais no mundo. Sua crítica à insustentabilidade da modernidade está em grande medida alicerçada na teoria crítica da Escola de Frankfurt, especialmente na obra de Horkheimer e Habermas, e também na obra de Foucault, mas de forma crescentemente criativa com seus livros *Um discurso sobre as ciências* (1993), *Introdução a uma ciência pós-moderna* (1989) e *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (1995). Estas três obras marcam uma fase de autonomia do pensamento de Santos em relação às diversas influências acadêmicas de sua formação e caracterizam uma abordagem epistemológica estreitamente vinculada a um pensamento político propositivo e inovador.

Segundo essa abordagem crítica, o modelo de racionalidade que guia a ciência clássica ou moderna constitui-se a partir da revolução científica do século XVI e é desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências ditas naturais. Ainda que tenham surgido alguns prenúncios no século XVIII, é somente no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes. Forma-se, então, um paradigma abrangente, dominante, que *engloba todas as formas de fazer ciência*, ainda que permita variedade interna (principalmente no

desenvolvimento das ciências sociais). Santos observa que este paradigma dominante se distingue e se defende, por via de fronteiras ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não-científico porque potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluiriam, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos) (SANTOS, 1993, p. 10).

Santos assinala que o paradigma dominante tem um caráter totalitário, na medida em que nega a racionalidade de todas as formas de conhecimento que não se guiam pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas.

O paradigma dominante teria, como manifestações nucleares, a teoria heliocêntrica do movimento dos planetas, de Copérnico, as leis de Kepler sobre as órbitas dos planetas, as leis de Galileu sobre a queda dos corpos, a grande síntese cósmica de Newton e a consciência filosófica de Bacon e, sobretudo, de Descartes. Com efeito, os recortes da caracterização histórica da modernidade tornam-se tanto mais instrumentais e mecanicistas quanto mais vinculam modernidade e capitalismo industrial, desprezando como pré-modernos os autores que viveram entre os séculos XVI e XVIII. Santos está possivelmente correto quando diz que o paradigma cultural da modernidade constituiu-se “antes de o modo de produção capitalista ter se tornado dominante e extinguir-se-á antes de este último deixar de ser dominante. A sua extinção é complexa porque é em parte um processo de superação e em parte um processo de obsolescência” (SANTOS, 1995, p. 76).

Como então ficam as ciências sociais no âmbito do paradigma dominante? O racionalismo cartesiano e o empirismo baconiano são as primeiras formulações da consciência filosófica positivista, que se consolida no positivismo de Auguste Comte (1798-1857), entre outros. Dado que, segundo este paradigma, só há duas formas de conhecimento científico – as disciplinas formais da lógica e da matemática, por um lado, e as ciências empíricas (conforme o modelo das ciências naturais), por outro –, as ciências sociais nascem para ser empíricas. O modo pelo qual o paradigma dominante (mecanicista, dualista, simplista) é assumido entre os cientistas sociais tem duas vertentes principais: a) a primeira, dominante, consiste em aplicar (tanto quanto possível) no estudo da sociedade todos os princípios de inteligibilidade usados no estudo da natureza desde o século XVI; b) a segunda vertente, durante muito tempo marginal, mas em ascensão durante o século XX, consiste em reivindicar para as ciências sociais um estatuto epistemológico e metodológico próprio, com base na especificidade do ser humano e sua distinção em relação à natureza.

Santos observa que a primeira destas vertentes (“física social”) parte do pressuposto de que, por maiores que sejam as diferenças entre os fenômenos naturais e os sociais, é sempre possível estudar os últimos como se fossem os primeiros. Reconhece-se que tais diferenças tornam mais difíceis o cumprimento do cânone metodológico e menos rigoroso o conhecimento a que se chega.

Para conceber os fatos sociais como coisas, como pretendia Durkheim, é necessário reduzir tais fatos às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis. Alguns obstáculos principais desta vertente são os seguintes: a) as ciências sociais não dispõem de teorias explicativas para abstrair-se do real e depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; b) as ciências sociais não podem estabelecer leis universais diante de fenômenos sociais e historicamente condicionados; c) as ciências sociais não podem produzir previsões confiáveis na medida em que os seres humanos modificam reflexivamente seus comportamentos por meio do conhecimento; d) os fenômenos sociais são de natureza subjetiva e por isso não se submetem à objetividade do conhecimento; e) as ciências sociais não são objetivas porque o cientista social não pode libertar-se, no ato de observação, dos valores que informam a sua prática como cidadão e cientista (SANTOS, 1993, p. 20).

Enquanto nas ciências ditas naturais o desenvolvimento do conhecimento tornou possível a formulação de um conjunto de princípios e de teorias sobre a estrutura da matéria (relativo consenso paradigmático), “nas ciências sociais o debate tende a atravessar verticalmente toda a espessura do conhecimento adquirido. O esforço e o desperdício que isso acarreta é simultaneamente causa e efeito do atraso das ciências sociais” (SANTOS, 1993, p. 21). Não há consenso paradigmático e por isso Kuhn as considerou pré-paradigmáticas.

A segunda vertente, conforme observa Santos, reivindica para as ciências sociais um estatuto metodológico próprio. Os obstáculos acima são vistos como intransponíveis, independentemente do acúmulo de pesquisas. “O argumento fundamental é que a ação humana é radicalmente subjetiva. O comportamento humano, ao contrário dos fenômenos naturais, não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objetiváveis” (SANTOS, 1993, p. 22), já que o mesmo ato externo pode expressar sentidos de ação muito diferentes. A ciência social será sempre subjetiva e não objetiva, tendo que compreender os fenômenos sociais a partir das *attitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações*, para o que é necessário utilizar “métodos qualitativos em vez de quantitativos”, visando a obtenção de um “conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de objetivo, explicativo e nomotético” (SANTOS, 1993, p. 22), ou seja, presidido por leis gerais.

Santos afirma que esta segunda vertente, considerada por muitos antipositivista, “revela-se mais subsidiária do modelo de racionalidade das ciências naturais do que parece. Partilha com este a distinção natureza/ser humano” (SANTOS, 1993, p. 22) e reproduz uma visão mecanicista da natureza, à qual contrapõe a especificidade ou excepcionalidade do ser humano. Outras distinções se seguem a esta, como natureza/cultura e ser humano/animal. Portanto, ambas as concepções de ciência social pertencem ao “paradigma da ciência moderna, ainda que a concepção mencionada em

segundo lugar represente, dentro deste paradigma, um sinal de crise e contenha alguns dos componentes da transição para um outro paradigma científico” (SANTOS, 1993, p. 23).

Para Santos, em *Introdução a uma ciência pós-moderna*, há na transição paradigmática contemporânea um conceito muito relevante, denominado por ele de *dupla ruptura epistemológica*, e que é definido da seguinte forma: uma vez feita a ruptura epistemológica com o senso comum, o ato epistemológico mais importante é a ruptura com a ruptura epistemológica. Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para constituir a ciência – mas deixando o senso comum como estava antes dela – a segunda ruptura visa transformar o senso comum com base na ciência.

Complementando o que foi dito acima sobre o paradigma dominante, destacamos a seguir o tipo de aplicação dominante do conhecimento científico que Santos designa por *aplicação técnica*. Desta forma exemplifica-se o resultado prático da primeira ruptura epistemológica:

Quadro 1: *Primeira Ruptura Epistemológica*

|   |   |
|---|---|
| 1 | Quem aplica o conhecimento está fora da situação existencial em que incide a aplicação e não é afetado por ela;   |
| 2 | Existe uma separação total entre fins e meios. Pressupõem-se definidos os fins e a aplicação incide sobre os meios;   |
| 3 | Não existe mediação deliberativa entre o universal e o particular. A aplicação procede por demonstrações necessárias que dispensam a argumentação;  |
| 4 | A aplicação assume, como única, a definição da realidade dada pelo grupo dominante e reforça-a. Escamoteia os eventuais conflitos e silencia as definições alternativas;  |
| 5 | A aplicação do <i>know-how técnico</i> torna dispensável e até absurda qualquer discussão sobre um <i>know-how ético</i> . A naturalização técnica das relações sociais obscurece e reforça os desequilíbrios de poder que as constituem;   |
| 6 | A aplicação é unívoca e o seu pensamento é unidimensional. Os saberes locais ou são recusados, ou são funcionalizados e, em qualquer caso, tendo sempre em vista a diminuição das resistências ao desenrolar a aplicação;   |
| 7 | Os custos da aplicação são sempre inferiores aos benefícios e uns e outros são avaliados quantitativamente à luz de efeitos imediatos do grupo que promove a aplicação. Quanto mais fechado o horizonte contabilístico, tanto mais evidentes os fins e mais disponíveis os meios. |

Fonte: Santos (1989, p. 157 e 158).

Como consequência desta forma de aplicação técnica da ciência, expressão visível do paradigma dominante, o modo de racionalidade da comunidade científica sobrepõe-se ao modo de racionalidade das comunidades de saber local. Como alternativa que se coaduna com a dupla ruptura epistemológica, Santos propõe a *aplicação edificante* (SANTOS, 1989, p. 158 a 161).

Para abordar o pensamento mais recente do autor a respeito da crise epistemológica, é possível tomar como referência, entre outras, a obra intitulada *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Na introdução deste livro, Santos, Menezes e Nunes propõem sete teses sobre a diversidade epistemológica do mundo, sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 2: *Teses sobre a Diversidade Epistemológica*

|   |  |
|---|--|
| 1 | A diversidade epistemológica do mundo é potencialmente infinita: todos os conhecimentos são contextuais e tanto mais o são quanto mais se arrogam não sê-lo; |
|---|--|

|   |  |
|---|--|
| 2 | Todo conhecimento é parcelar e as práticas sociais só raramente assentam apenas numa forma de conhecimento;  |
| 3 | A relatividade dos conhecimentos não implica relativismo;  |
| 4 | O privilégio epistemológico da ciência moderna é um fenômeno complexo que não é explicável apenas por razões epistemológicas;  |
| 5 | O pluralismo epistemológico começa pela democratização interna da ciência;   |
| 6 | A descolonização da ciência assenta no reconhecimento de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global. A justiça cognitiva global só é possível mediante a substituição da monocultura do saber científico pela ecologia dos saberes; |
| 7 | A transição da monocultura do saber científico para a ecologia dos saberes torna possível a substituição do conhecimento-regulação pelo conhecimento-emancipação.  |

Fonte: Santos, Menezes e Nunes (2005, p. 97-101).

A compreensão adequada de tais teses pressupõe a abordagem de outros artigos mais recentes do autor, já que são ideias em gestação, assumidamente incompletas, e que são apresentadas de maneira criativa pelo autor e seus colaboradores, com neologismos, metáforas e formulação de novas teses. Exemplo disso é o que ocorre no capítulo intitulado *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências* (in SANTOS, 2006). Este texto (que já havia sido publicado por ele dois anos antes) intensifica criativamente a reformulação, atualização e aprofundamento das ideias do autor.

A proposição das duas sociologias é exemplificada por Santos ao tomar a experiência do Fórum Social Mundial como objeto de estudo e fonte de uma *epistemologia do Sul*, para a qual não é possível haver justiça social global sem justiça cognitiva global. As duas sociologias propostas seriam, então, sociologias construídas *contra as ciências sociais hegemônicas*, com pressupostos epistemológicos alternativos. Por meio das duas sociologias, as experiências sociais que resistem à destruição ou trivialização são desocultadas e abre-se o espaço-tempo “capaz de identificar e de tornar credíveis as experiências sociais contra-hegemônicas” (SANTOS, 2005, p. 21).

O autor define a sociologia das ausências como uma forma de pesquisa que “visa e demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente *produzido* como não-existente, ou seja, como uma alternativa não-credível ao que existe” (SANTOS, 2005, p. 21). O objeto empírico desta forma de sociologia é considerado impossível pelas ciências sociais convencionais. O autor sustenta que há várias lógicas dominantes que excluem ou tornam sem crédito os saberes que não cabem nelas. Destaca cinco lógicas, que são aqui apenas sumariamente indicadas: a) a lógica que deriva da monocultura do saber e do rigor do saber; b) a lógica que assenta na monocultura do tempo linear; c) a lógica da classificação social que assenta na monocultura da naturalização das diferenças (especialmente as raciais e sexuais); d) a lógica da escala dominante, ou seja, a monocultura do universal e do global; e) a lógica da monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista (SANTOS, 2005, p. 22, 23). Portanto, as cinco formas principais de não-existência produzidas pela epistemologia e racionalidade hegemônicas apresentam-

se como “o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo” (SANTOS, 2005, p. 24). As realidades que tais formas constituem estão presentes apenas como obstáculos em relação às realidades consideradas, respectivamente, “científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas” (SANTOS, 2005, p. 24).

Da sociologia das ausências emergem um conjunto de “cinco ecologias” que se contrapõem às “monoculturas”: a ecologia dos saberes, ecologia das temporalidades, a ecologia dos reconhecimentos, a ecologia das transescalas e a ecologia das produtividades.

Comum a todas estas ecologias é a ideia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe de modo hegemônico. Isto equivale a uma versão ampla de realismo, que inclui as realidades tornadas ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não-existentes (SANTOS, 2005, p. 29).

O autor considera o Fórum Social Mundial um amplo exercício da sociologia das ausências: há contradições e confrontos de monoculturas e ecologias entre os movimentos sociais que o constituem. Enquanto há para alguns movimentos a opção pelas ecologias, de forma incondicional, para outros parece aceitável um mescla de monoculturas e ecologias. Há também o caso de alguns movimentos atuarem, em certos domínios, conforme uma lógica monocultural e, em outros, de acordo com uma lógica ecológica. O autor sugere a hipótese de que mesmo os movimentos que defendem diferentes ecologias são “vulneráveis à tentação de se auto-avaliarem de acordo com uma lógica ecológica, enquanto avaliam os outros movimentos de acordo com uma lógica monocultural” (SANTOS, 2005, p. 30).

A sociologia das emergências é considerada pelo autor a segunda operação epistemológica efetuada pelo FSM. Esta sociologia visa identificar e ampliar os “sinais de possíveis experiências futuras, sinais inscritos em tendências e latências que são ativamente ignoradas” pela racionalidade e poder hegemônicos (SANTOS, 2005, p. 30). Nesse sentido, o autor (2002) organizou uma coletânea intitulada *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*.

Santos argumenta que, enquanto a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências se desenvolve no campo das expectativas sociais. Ele diz que a “discrepância entre experiências e expectativas é constitutiva da modernidade ocidental e tem sido imposta a outras culturas” (SANTOS, 2005, p. 32) Interpreta o que atualmente é chamado de globalização como um substituto do discurso sobre progresso, modernização ou desenvolvimento. Emergem a percepção do ritmo acelerado da vida urbana e do processo entrópico representado pelos efeitos da industrialização, enquanto declinam os valores do progresso. “Assim”, diz o autor, “ a direção torna-se ritmo sem sentido e, se algum estádio final existe, não poderá ser



senão desastre” (SANTOS, 2005, p. 33).

A sociologia das emergências busca identificar sinais, pistas ou traços de possibilidades futuras em tudo o que existe. “A ciência e a racionalidade hegemônicas descartaram totalmente este tipo de pesquisa, ou por considerarem que o futuro está pré-determinado, ou por entenderem que ele só pode ser identificado através de indicadores precisos” (SANTOS, 2005, p. 33). Para o pensamento dominante, pistas são coisas muito vagas, subjetivas ou caóticas, que não merecem crédito. Isso vale para as ciências sociais, já que na “medicina, na pesquisa criminal e na narrativa dramática, as pistas são fundamentais para se decidir sobre a ação futura, seja ela diagnóstico ou prescrição” (SANTOS, 2005, p. 33). A sociologia das emergências, pelo contrário, valoriza as pistas como campos de argumentação e de negociação sobre o futuro. Também aqui o autor observa que os movimentos sociais dentro do FSM podem envolver-se de modo diferenciado com a sociologia das emergências: os mais fortes tendem a um envolvimento mais fraco, enquanto os mais fracos tendem a um envolvimento mais forte.

Em obra organizada em parceria com Maria Paula Menezes (2009), Santos procura responder por que a epistemologia dominante eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento, quais as consequências desta contextualização e quais alternativas são possíveis. A própria ciência moderna é concebida como parte de uma ecologia de saberes. Uma de suas premissas básicas é que todos os conhecimentos têm limites internos e externos. Os internos são os limites que o conhecimento viabiliza ao intervir na realidade, enquanto os externos decorrem do reconhecimento de outras intervenções alternativas, viabilizadas por outras formas de conhecimento.

Observa-se que o autor parte de uma vinculação entre imaginação sociológica e imaginação epistemológica e, concentrando-se inicialmente na crítica da ciência moderna e, mais recentemente, na ecologia dos saberes, ou epistemologias do Sul, em busca de uma justiça social global e de uma justiça cognitiva global. Sua visão da sustentabilidade é crítica, com ênfase nas dimensões socioculturais, concebendo a modernidade em grande medida insustentável e evitando a bipolarização entre a ciência moderna e a ciência pós-moderna (embora haja forte dualidade entre estas formas de ciência).

## **2. Movimento de Catadores de Material Reciclável: Ausências e Emergências**

O assunto tratado neste estudo (os resíduos e a Associação de coletores de materiais Recicláveis após o Programa Pró-catador) é precipuamente complexo e seus saberes fazem parte de um saber não linear, inovador, porém de uma minoria. Além disso, é um saber não valorizado pela cultura hegemônica. Para mudar esta antiga fórmula (incluídos *versus* excluídos) e criar uma nova

forma de pensar a analisar o mundo o autor cria o conceito de *razão cosmopolita* (SANTOS, 2002, p.239). Esta razão engloba três vertentes: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Em vez de criar uma teoria geral que a tudo explica, o autor propõe que se faça um processo de tradução dos saberes já existentes, porém desconsiderados, desvalorizados.

A razão indolente sofre ainda quatro críticas. Primeiramente ela é impotente, porque impõe à ciência uma imparcialidade. Esta imparcialidade tem como consequência a ilusão de que a ciência nada poder fazer para mudar a realidade, pois seu papel é apenas descrevê-la (porque, nessa visão, a realidade não pode ser modificada, apenas estudada). A razão indolente é também arrogante porque se imagina livre. É, ainda, metonímica, pois imagina ser a única forma de razão possível. Conforme o autor, a razão ocidental .

A primeira forma proposta de crítica e desmistificação da razão hegemônica é o uso da *sociologia das ausências* cujo objetivo é “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar ausências em presenças” (SANTOS, 2002, p. 246). O foco desta proposta é transformar o não visto em visto, o excluído em incluído o marginal em central, o sem voz em discurso.

A razão indolente promove “*não-existências*” (SANTOS, 2002, p. 247) através de cinco aspectos: a monocultura do saber, a monocultura do tempo linear, a monocultura da naturalização das diferenças, a lógica da escala dominante e a lógica produtivista. Estas lógicas geram, respectivamente, o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo (SANTOS, 2002, p.248). Estas são formas de *não existência*, de exclusão, de marginalização de tudo aquilo o que difere da (aparente) sincronia da lógica ocidental hegemônica.

Neste sentido, a monocultura do saber, ou, o rigor do saber é definido por Santos como:

O modo de produção de não existência mais poderoso. Consiste em transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente [...] A não existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura. (SANTOS, 2002, p. 247).

A monocultura do saber, através da criação de *não existências*, estigmatiza estes excluídos como incultos, ignorantes, embora exista um saber nos marginalizados, porém este saber não é valorizado por estar (segundo a razão hegemônica) em desconformidade com os objetivos ou métodos que se pretende alcançar.

Já a lógica da monocultura do tempo linear dita que a história é linear e previsível. Ou seja, concebe a ideia de que há uma direção em função da evolução do homem, da civilização, do desenvolvimento, da globalização. Esta lógica exclui e aniquila tudo que é considerado atrasado, tudo que está atrás da linha do mais evoluído socialmente, politicamente e culturalmente.

A monocultura do tempo linear versa que a história foi um conjunto de acontecimentos em função da evolução humana, econômica e cultural e que tudo que está fora deste padrão está, portanto, atrasado no tempo.

Comum a todas estas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica produz a não existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é considerado avançado. (SANTOS, 2002, p. 247).

Assim, mesmo o que é contemporâneo, mas não está inserido no hegemônico, é considerado atrasado. Ou seja, o contemporâneo pode ser considerado não contemporâneo (um paradoxo da razão indolente) apenas por não se adequar, ao padrão estabelecido. Assim, na economia o que difere do Estado Liberal é considerado atrasado do seu tempo. Porém o capitalismo apesar de hegemônico nunca foi único, ao longo do tempo diversas formas alternativas coexistiram (embora marginais) tanto de economia, de política estatal e de trabalho.

Dentre estas formas alternativas de empresa e trabalho, têm-se como exemplo as cooperativas e associações. Estas diferem do comum trabalho assalariado e competitivo para um trabalho em conjunto e onde o dono do capital é também o mesmo que produz e o mesmo que lucra. Estas formas sempre estiveram presentes, embora muitas vezes marginalizadas e vistas como alternativas.

Dessa forma, a competição por produção aumenta, gerando problemas de trabalho, transtornos psicológicos e disfunções sociais. Em contrapartida, formas de economia que valorizam o lado humano das organizações são boas soluções para a competição. Estas formas alternativas de economia visam o crescimento social, cultural, familiar ou local.

Esta lógica de criação de *não-existências* (gerada pela razão indolente) acarreta o desperdício da experiência, pois tudo que difere da lógica dominante é aniquilado ou tratado como inferior.

Seu mundo vai carregando a marca da falta, da insegurança, da instabilidade, marca expressa através das rendas insuficientes, das precárias condições de moradia, do não acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, do atendimento apenas emergencial aos problemas de saúde, da expulsão do processo de educação formal, provocando um estado de imersão no cotidiano para desenvolver uma luta quase que exclusiva: a luta pela sobrevivência. (JUNCÁ, GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p. 12).

Para incluir o catador de materiais recicláveis no mundo dos direitos trabalhistas e previdenciários, é preciso substituir as lógicas de monoculturas para a lógica das ecologias. Mudar da lógica do uno, para a lógica do plural, sair do exclusivo para o inclusivo.

A começar, Santos (2002, p. 250) sugere uma substituição da monocultura do saber por uma *ecologia dos saberes*, a fim de incluir saberes e ciências alternativos.

A seguir o autor afirma a substituição da monocultura do tempo linear pela *ecologia das temporalidades*. Esta ecologia tem o intuito de considerar contemporâneos tanto um camponês como um agricultor *hi-tech* dos EUA (SANTOS, 2002, p. 251) e não um atrasado no tempo em relação ao outro. Nessa ecologia das temporalidades ambos têm a sua importância, mesmo um deles sendo mais produtivo que outro. Todavia, a produção econômica não deve ser a única forma de medir o valor de um trabalho.

Outro passo importante na crítica à razão indolente é substituir a lógica da classificação social pela *ecologia dos reconhecimentos*, acabando com a ideia vinda do colonialismo de que uma civilização possa ser mais avançada que outra, ou que um tipo de trabalho ou ocupação seja mais digno que outro. Toda ocupação, se ética, deve ser reconhecida como de valor, sem hierarquias.

Por sua vez, para quebrar com a lógica da escala global, devem-se concentrar olhares para a *ecologia das transescalas*, em esforço para que o local não fique marginalizado ou excluído perante o global. Na ecologia de Santos não há divisão entre Norte e Sul, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

E finalmente, Santos pretende substituir a lógica de produção econômica pela *ecologia de produtividade*. Esta, segundo o autor:

[...] consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou (SANTOS, 2002, p.253).

A COMCAP anualmente divulga relatórios dos serviços prestados à comunidade e neste relatório sempre aparece a ACMR como parte do trabalho que a COMCAP (e não a ACMR) realiza à sociedade. Tudo se passa como se, além da COMCAP realizar o trabalho de reciclagem, ela ainda fizesse uma ação social em benefício dos catadores. Mas sabe-se que não é isso o que ocorre, já que o relacionamento da COMCAP com a ACMR é uma obrigação legal daquela.

O clientelismo, então, é marcado por uma subordinação de um lado (o cliente) em função do outro lado do contrato (o patrão). Relações assim são encontradas entre muitos catadores (ou associações de catadores) e prefeituras ou empresários, visto que os catadores em sua maioria são a parte mais fraca, com menos estudos e menos recursos. Acabam aceitando qualquer tipo de acordo para sair da invisibilidade ou marginalização institucional. Nunes (1999, p. 27) afirma que “A desigualdade desempenha um papel-chave na sobrevivência tanto de *patrons* quanto de clientes [...]”. É uma troca, porém uma troca desigual, visto que uma parte depende muito mais do acordo que a outra, por não ter outra opção. Não deixa de ser um acordo, em certa medida, conveniente para

ambas as partes. Porém o fato de uma delas ser subordinada a outra gera uma tensão, uma obrigação em concordar com os termos do acordo, o que pode ser entendido como uma coerção disfarçada do *patron* em relação ao cliente. Nunes também explica (1999, p. 29) que um *patron* pode ter muitos clientes ligados a ele. Por ser a parte mais forte, o *patron* tem maior poder de troca e consegue estabelecer diversos vínculos com vários clientes. Um cliente tem apenas um *patron* (relação de dependência ou subordinação do cliente) enquanto um *patron* pode ter diversos clientes.

Na prática os catadores são coprodutores do bem-público (SALM; MENEGASSO, 2009), mas a Prefeitura Municipal não reconhece isto por meio da gestão da COMCAP. Neste caso a sociologia das ausências se sobrepõe à sociologia das emergências, especialmente porque os catadores, ao serem obrigados a abandonar o trabalho de catação nas ruas, especialmente no centro da cidade, onde estavam instalados (ao lado da Ponte Colombo Sales), tornam-se literalmente invisíveis para a população em geral. Especialmente para os motoristas que não percebem mais diante de si o obstáculo na figura do carrinho cheio de resíduo no meio da rua.

Essa realidade local é contraposta e tensionada por uma realidade nacional na qual cerca de um milhão de catadores (MAGERA, 2005, p. 18) ganham força organizacional e visibilidade política. O Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR) cresce a partir de uma população de desempregados e ex-moradores de rua.

Segundo o *site* do MNCR, principal meio de divulgação dos direitos do catador, sua missão é:

Contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta (autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo), estejam eles em lixões a céu aberto, nas ruas ou em processo de organização (MNCR, 2013).

Nota-se que o Movimento defende a autogestão dos catadores, rejeitando o assalariamento e com isso subordinação convencional ao mercado capitalista, o que configura um princípio organizacional se vincula a uma tradição de economia social e emancipatória com raízes históricas na Europa do século XIX (DEMOUNSTIER, 2006).

A ideologia do Movimento, desta forma, é cooperativista, autogestionária e emancipatória, na medida em que pretende deter os meios de produção e não ficar dependendo de patrões. O Movimento recusa a integração ao sistema convencional de economia, ainda que não se recuse as trocas comerciais com qualquer empresa interessada em comprar os produtos recicláveis das associações e cooperativas. No sistema associativo/cooperativo de economia busca-se uma autonomia maior tanto do indivíduo trabalhador como do coletivo em forma de associação (ou cooperativa) em relação aos seus fornecedores, clientes e parceiros.

De acordo com a Declaração de Princípios e objetivos do MNCR, em seu artigo primeiro:

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) trabalha pela autogestão e organização dos catadores através da constituição de Bases Orgânicas, em que a ‘participação’ de todos os (as) catadores (as) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador com a Base Orgânica, com um critério de democracia direta em que todos têm voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo (MNCR, 2012).

Os catadores, na busca de alternativas organizacionais isonômicas (cooperativas, associações) esbarram na lógica utilitarista que permeia a sociedade centrada nos valores mercantis. As associações e cooperativas também estão sujeitas à corrupção. Segundo a pesquisa de Magera (2005, p. 17) “tais cooperativas são formadas sob o manto da legalidade, mas escondem no seu bojo princípios predatórios de exploração capitalista, que muito lembram relações de trabalho servis do passado não muito distante no Brasil”. Isto acentua a tensão entre sociologia das emergências e sociologia das ausências, na medida em que os catadores, ao buscar espaço no mercado, o fazem a partir de condições precárias, insalubres e sob o peso da cultura familiar, muitas vezes despótica e injusta (com dominação de homens sobre mulheres e crianças, por exemplo). Assim, há uma tensão entre as intenções estabelecidas como princípios não capitalistas, voltados para a autogestão, e a necessidade de inserção em mercado competitivo.

Ainda que as cooperativas estejam baseadas em valores e princípios não capitalistas – isto é, contrários à separação entre capital e trabalho e à subordinação deste àquele -, sempre foram concebidas, e operam, como unidades produtivas capazes de competir no mercado. (SOUSA SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.36).

O que se percebe é que o número de coletores de resíduos, das cooperativas e a quantidade de toneladas que se recicla no Brasil decorre principalmente da pobreza, como reação de sobrevivência diante da pobreza, e não da consciência ambiental. O catador é “[...] este ator que, sem espírito ambientalista algum, na verdade, está apenas lutando por sua própria sobrevivência nessa floresta urbana [...]” (MAGERA, 2005, p. 33). O lixo no Brasil é visto em terrenos baldios, em lixões e até mesmo jogado nas ruas ou nos rios próximos às populações carentes.

Quanto à afirmação de Magera de que os catadores não têm orientação ambientalista, cabe fazer uma ressalva. Entre as múltiplas concepções de ambientalismo, pode-se destacar uma concepção setorialista e uma multisetorial. Na visão setorialista são ambientalistas apenas os que fazem parte de ONGs que se autodenominam ambientalistas ou ecologistas. Na concepção multisetorial, o movimento ambientalista diversificou-se, tornou-se difuso, passou a fazer parte das práticas e preocupações de múltiplos setores sociais, com diferentes graus de consciência ambiental e envolvimento efetivo nas transformações sociais em favor da sustentabilidade (LEIS, 1999). Vistas

sob esta última concepção, as ONGs de catadores, em razão de sua prática, muito mais do que seu discurso, tornaram-se parte do movimento ambientalista multissetorial.

Associativismo e cooperativismo surgem como formas organizacionais que tentam superar o desemprego e a precarização do trabalho, a marginalização social e econômica. Ainda que o principal foco destas seja, no caso dos catadores, na inclusão socioeconômica, é evidente que os mesmos passam a perceber a relevância ambiental de suas atividades enquanto se organizam, elaboram seus estatutos e suas demandas ao poder público, integrando-se crescentemente no movimento ambientalista multissetorial.

## 2.1. Sociologia da ausência dos catadores

De acordo com o dicionário Michaelis (*online*) de língua portuguesa o termo “lixo” significa

1 Aquilo que se varre para tornar limpa uma casa, rua, jardim etc. 2 Varredura. 3 Restos de cozinha e refugos de toda espécie, como latas vazias e embalagens de mantimentos, que ocorrem em uma casa. 4 Imundície, sujidade. 5 Escória, ralé. 6 Inform Interferência de canais adjacentes. 7 Inform Conjunto de dados ou informações desatualizadas ou erradas, e que não são mais necessárias. L. hospitalar: lixo formado por materiais usados em hospitais, como seringas descartáveis, ampolas de remédio vazias e outros objetos. (MICHAELIS, 2013, s/p).

Apesar do termo “lixo” ser popularmente conhecido como algo sem utilidade, sabe-se que muito do que se considera lixo pode ser reutilizado ou reciclado. O resíduo orgânico (nessa categoria se inclui os restos de comida e varrição dos resíduos das residências, estabelecimentos comerciais e refeitórios) pode ser reutilizado para adubo, por exemplo, ou para gerar energia com a compostagem.

O lixo é o resíduo, o que não foi utilizado, porém percebe-se que ele pode ainda ter algum uso ou pode ser reciclado. Há também o rejeito, que é quando não se tem mais nenhum uso possível para o resíduo sólido, é o caso do resíduo hospitalar e também do nuclear. Outro destino que pode ser dado a certos resíduos é a reciclagem. Esta, além de proporcionar uma redução da demanda de matérias-primas e energia para a fabricação de novos produtos, contribuindo também para o aumento da vida útil dos aterros sanitários.

A questão da reciclagem do lixo envolve a conexão dos interesses das empresas com o interesse de sobrevivência dos catadores e resulta num bem comum a todos: a preservação ambiental. Assim, há diversos movimentos ecológicos ao redor do mundo com diferentes focos e diferentes resoluções. Dentre estes vários movimentos ecológicos, o movimento dos coletores de resíduos sólidos (ou catadores de lixo) é um exemplo que atua no Brasil. Apesar de resolver em parte o problema do lixo e em parte também a questão da sobrevivência dos moradores de rua as

cooperativas não incluem socialmente os catadores, que continuam à margem da sociedade, numa vida de trabalhos degradantes.

Contrariando a ótica predominante na sociedade, que atribui tantos rótulos à população tida como carente, a fala de alguns catadores apontava para a existência de um mundo marcado por tensões ainda pouco reveladas. Neste mundo um dos aspectos de destaque parecia ser a auto identificação enquanto trabalhador, salientando o gabarito da atividade com o lixo, em contraposição às representações socialmente construídas, que colocam em destaque a figura de um processo de desqualificação, **pois quem trabalha com o refugo urbano, com o resto, com ele acaba por se confundir** (JUNCA, GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p. 22, negrito nosso).

Os catadores, apesar realizarem um trabalho importante triando cerca de 600 toneladas de matérias por mês em Florianópolis, eles ainda se sentem desvalorizados. Entrevistas realizadas em pesquisas de trabalhos anteriores mostram que os catadores:

[...] preocupam-se com a imagem que passam, e isto é um ponto de consenso. Preocupam-se talvez mais com a imagem, do que propriamente com seu contraditório cotidiano, camuflando problemas que rejeitam no discurso, para que estes não se tornem tão visíveis aos outros. Querem mostrar que este não é o seu retrato. Gostam de tirar fotos e se ver nos jornais ou na televisão, mas quando estão limpos e arrumados e não com as “roupas de serviço” (JUNCA, GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p. 44).

Foi observado que a mesma preocupação com a limpeza e aparência se dá também na ACMR, conforme entrevista com o entrevistado 4 e algumas observações feitas no local (vide Apêndices). Fica claro nesta passagem a seguir, retirada na minha dissertação que abordou o programa pró-catador na nova lei nacional de resíduos sólidos, onde o entrevistado explica que apesar de sua ignorância em relação à sociedade ele tem muito conhecimento, que o saber dos catadores pode ser aproveitado:

PERGUNTA: Mas por que mesmo sem fazer a Rede vocês têm reuniões com as outras associações, pra quê são então essas reuniões?

RESPOSTA: São para nós passarmos conhecimento e para ajudarmos eles, porque teve uma época que a COMCAP mandava neles. Nós somos todos muito pobres, nós catadores, somos muito ingênuos e a gente tem que cuidar pra não mandarem na gente. A COMCAP já quis mandar na gente também e teve uma época que a COMCAP mandava na Aresp [Associação de Recicladores Esperança]. Então nós fomos ajudá-los a entender que eles poderiam fazer as coisas. **Essas reuniões servem para nós passarmos os conhecimentos que nós temos pra eles. Eu vou muito lá fazer isso, porque apesar de não saber ler nem escrever eu tenho esperteza, eu sei de muita coisa que eu aprendi nesse tempo que eu trabalhei aqui.** (Entrevistado 4, 2014, *apud* KNOLL, 2014, destaque nosso).

Através desta passagem o entrevistado explica como ele se sente em relação a não saber ler: “Muitos de nós viemos lá da roça, a gente não tem estudo e faz muita falta isso. Eu não sei ler e isso me dificulta até para pegar um ônibus, mas eu comecei a me virar aqui na cidade e a ter minhas coisinhas.” (Entrevistado 4, 2014, *apud* XXXX, 2014, destaque meu)

Assim, a exploração dos catadores continua como o modo utilitarista e produtivista continuam. Tão utilitarista é este modelo que o próprio ser humano que não tiver utilidade é descartado, então só moradores de rua, excluídos, percebem nas cooperativas de lixo uma forma de



se tornarem úteis. Porém se tornam mais úteis para a manutenção de sua própria situação através da manutenção do pensamento dominante, do que são úteis em defender suas causas ou interesses e mudar o modelo atual.

## 2.2. Sociologia da emergência dos catadores

O objetivo do Movimento Nacional de Coletores de Materiais Recicláveis é transformar *não-existências* (SANTOS, 2002, p. 247) em existências, tornar visível o não visto, valorizar o que é jogado fora. As cooperativas auxiliadas pelo Movimento concordam com a noção de ecologia de produtividade defendida por Santos. Este afirma substituir a lógica de produção econômica pela ecologia de produtividade. Segundo Santos, a ecologia de produtividade:

[...] consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou (SANTOS, 2002, p.253).

Observa-se que segundo a ecologia dos saberes o coletor de resíduos sólidos recicláveis detém consigo saber empírico, um *saber fazer*, a prática da coleta, seleção e estoque do produto bem como o cuidado em relação aos perigos químicos, físicos (objetos cortantes) e biológicos (doenças, como a leptospirose).

Em relação à monocultura do tempo linear, os coletores são considerados atrasados em relação a outros trabalhadores, por trabalharem em condições simples e por preferirem formas mais antigas de trabalho (a título de exemplo, os coletores da ACMR preferem a divisão por mesas coletivas às esteiras de produção). Com a ecologia das temporalidades, pode-se perceber que isso não significa que eles estão atrasados em relação a organizações mais tecnológicas.

Da mesma forma, ao substituir-se a lógica da classificação social pela ecologia dos reconhecimentos, valoriza-se o coletor. Na antiga lógica vê-se o catador como alguém inferior, digno de pena. Já na nova lógica se transforma em indivíduo digno de estudo, de ser ouvido, alguém que tem algo a dizer, e que não deve ser desvalorizado.

E em relação à produção, mesmo que seu trabalho não gere tão significativa vantagem econômica para o país, deve-se atentar para as questões substantivas. A valorização do catador e o aprimoramento de sua atividade através do Programa Pró-Catador é um importante passo para a quebra da monocultura da produção. Analisando-se questões em relação à qualidade de vida daquele que acabou no trabalho dos resíduos porque oriundo de extratos inferiores da sociedade encontrou (ou avaliou) na reciclagem uma das poucas opções disponíveis percebe no lixo uma boa forma de sustentar sua família, percebe-se então que o foco principal, quando se trata de associações de catadores, não é a questão financeira ou gerencial, mas sim a questão humana do trabalhador.

Portanto, enfatizar-se a eficiência gerencial e financeiras sobre a sobrevivência e o saber empírico desperdiça-se a experiência. De acordo com a sociologia das ausências, a indolência da razão instrumental leva ao desperdício da experiência, percebendo-se nesta uma carência (de eficiência gerencial, financeira).

Segundo Santos (2002) há ao redor do mundo uma riquíssima experiência social que a tradição científica hegemônica ignora. De certa forma, a ciência social descarta, desperdiça este saber empírico, outras formas de vida e diferentes representações sociais.

Para mudar esta antiga fórmula (incluídos *versus* excluídos) o autor propõe a razão cosmopolita (SANTOS, 2002, p.239). É esta razão que deve ser utilizada para valorizar o catador, sua história e seu conhecimento.

A razão cosmopolita engloba três vertentes: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Em vez de criar uma teoria geral que a tudo explica, o autor propõe que se faça um trabalho de tradução dos saberes que já existem, mas são desconsiderados, pois são desvalorizados.

Então o que aconteceu, quando me levaram pra sala e me falaram que o catador tinha direitos, que o governo tinha que ajudar o catador, me veio na cabeça a memória das reuniões que eu tinha aqui, porque eu era muito humilhado, a gente era chamado de mendigo e relaxado e eles não davam valor pra nós. E eu comecei a entender o potencial dos catadores e eu comecei a entender que eu era gente, que eu era ser humano e que o que eles falavam não era certo. (Entrevistado 3, 2013 apud KNOLL, 2014).

A primeira forma que o autor propõe de crítica e desmistificação da razão hegemônica é o uso da *sociologia das ausências* cujo objetivo é “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar ausências em presenças” (SANTOS, 2002, p. 246). Transformar o não visto em visto, o excluído em incluído o marginal em central, o sem voz em discurso. O Movimento Nacional representa o discurso, ele fala em nome do catador e procura catadores que consigam falar, debater, discursar. Como explica um membro do Movimento, ele mesmo foi descoberto pelo MNCR quando estava num Congresso apenas como participante – perceberam nele alguém que tinha o poder do discurso:

E dentro desse Congresso eles viram meu potencial porque que tinha muito debate. Eu debatia muito com eles. No Movimento a gente vê muito isso: se existe uma força que pode ser um militante, alguém com capacidade pra enfrentar um debate, alguém com capacidade de fala. Precisamos ver se o catador pode ser uma representação municipal, regional, nacional. (Entrevistado 3, 2013).

O Movimento, então, transforma os sem voz em discurso, a lógica de produção econômica pela ecologia de produtividade.

## **Considerações Finais**

A sociologia das ausências tende a constatar a marginalização, atribuição de falta de qualificação e credibilidade aos catadores, enquanto a sociologia das emergências tende a associar os catadores à reciclagem, constatando o crescente destaque aos aspectos ambientais dissociados da sustentabilidade social e econômica dos catadores que, no entanto, ganham visibilidade por intermédio de seus eventos, redes, espaços virtuais.

Por não valorizar outras formas de saber, como o *saber* dos catadores, a ciência carece de uma nova forma de razão, com intuito de englobar todas as formas de pensamento. A atual razão científica é limitada, ela não consegue compreender o mundo e gera exclusão social.

A questão da reciclagem envolve sociedade (empresas e cidadãos, consumidores, produtores de resíduos), o poder público e organizações de catadores. O Governo estabeleceu nos últimos dez anos diversas políticas públicas que tiveram influências na questão dos materiais recicláveis e dos catadores, a última grande mudança foi o Programa Pró-Catador. Desta forma, o Poder Público, ao promover a visibilidade do trabalho do catador, favorece a sociologia das emergências, permite que as ciências sociais concebam os catadores como movimento social, como conjunto de organizações. Até então a visibilidade social deste ator social era insignificante, predominava o que poderia ser tratado pela sociologia das ausências. Em Florianópolis o poder público, no setor, se expressa principalmente por meio de duas instituições: a Prefeitura Municipal, por intermédio da Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP, a empresa de economia mista que cuida do recolhimento dos resíduos) e o Ministério Público. Este último obrigou a COMCAP, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a ceder espaço para os catadores, recolher todo o resíduo domiciliar da coleta seletiva, para entregar o material à Associação de Catadores de Materiais Reciclados (ACMR), principal organização dos catadores em Santa Catarina. Eles passaram a executar sua atividade no terreno da COMCAP ao receber todo o material da coleta seletiva, que é precária, por falta de educação ambiental da população, que mistura muito material não-reciclável ao que é reciclável. Os catadores então fazem o trabalho de triagem, de seleção, e separam, classificam e armazenam os materiais para venda. E é com a venda do material selecionado que os catadores sobrevivem.

Mesmo o Poder Público estando alinhado com os objetivos dos catadores, ainda assim o trabalho dos mesmos é desvalorizado pela sociedade, estabelecendo-se então um paradoxo entre marginalização/emergência. O catador, mesmo apoiado pelo Ministério Público, vive uma situação de clientelismo com a COMCAP. Pois a ACMR está no terreno público, dependendo do serviço de coleta e entrega do material no galpão destinado ao trabalho de triagem. O clientelismo é uma situação caracterizada por uma desigualdade entre as partes de um acordo em que predomina a

dependência da parte mais fraca em função do seu patrão ou coronel, segundo os termos tradicionais.

## REFERÊNCIAS:

- ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martins Claret, 2004.
- BACON, Francis. **Novum Organum**. Abril Cultural, 1979.
- BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política**. Rio de Janeiro/São Paulo: RENOVAR, 2003.
- BENSON, J. K., As organizações: um ponto de vista dialético, in Chanlat, J.-F. e Séguin, F. **L'analyse des organisations: une anthologie sociologique**. Tome I. Montreal: Gaëtan-Morin, 1987.
- BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Abril Cultural, 1979.
- BOEIRA, Sergio Luís; SILVA, Wanessa Célia. Capital social e resíduos sólidos: organizações e multissetorialismo em Florianópolis - SC. CAYAPA **Revista Venezuelana de Economía Social**. Ano 4, Nº 7, Jun. 2004.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 7.405**, 23 de dezembro de 2010.
- BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Versão preliminar para consulta pública. Setembro de 2011**. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/253/\\_publicacao/253\\_publicacao02022012041757.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf). Acesso em: 11/07/2013.
- CHANLAT, J.-F. e SÉGUIN, F. O paradigma funcionalista e sua concepção da organização (trad. livre); in **L'analyse des organisations: une anthologie sociologique**. Tome I. Montreal: Gaëtan-Morin, 1987
- COMCAP – COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL. **Relatório Anual (2012)**. Florianópolis, 2009. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/26\\_03\\_2013\\_12.53.07.83ef93963c7fd5b11cc4c2d5b383ef4d.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/26_03_2013_12.53.07.83ef93963c7fd5b11cc4c2d5b383ef4d.pdf). Acesso em: 11 jan. 2013.
- DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores associados, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade provisória** – perspectivas de uma metodologia processual dialética, in Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1985.
- DESCAMPS, C. **As idéias filosóficas contemporâneas na França (1960-1985)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Abril Cultural, 1979
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico** (cap. primeiro); Da divisão do trabalho social (livro I, cap. 1), in Durkheim, coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Suicide: a study in sociology**. New York: Free Press, 1979.
- EVANS-PRITCHARD, E. Desenvolvimento teórico posterior, in **Antropologia social**. Lisboa: Edições 70, 1972
- FROMM, Erich. **Ter ou ser**. 4 ed. Zahar rio de janeiro, 1982.
- FOULQUIÉ, Paul. **A dialética**. Lisboa: Europa-América, cap. 1, 1978.
- GURVITCH, Georges. Caracterização prévia da dialética, in **Dialética e sociologia**. São Paulo: Vértice, 1987.
- JUNCA, Denise; GONÇALVES, Marilene Parente; AZEVEDO, Verônica Gonçalves. **A mão que obra no lixo**. Niterói: Universidade Fluminense, 2000.
- KAST, Eremont; ROSENZWEIG, James. **Organização e Administração: um enfoque sistêmico**. 2ª Edição, 1980.

KEINERT, Maurício Cardoso. Kant: o apóstolo da razão pura e da crítica sistemática. In: **Mente Cérebro e Filosofia**: fundamentos para a compreensão contemporânea da psique. 1962.

KNOLL, Alessandra. **O PROGRAMA PRÓ-CATADOR E A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**: uma análise da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, UFSC: dissertação, 2014.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEIS, Héctor. **A modernidade insustentável**. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

MORIN, Edgar. Complexité et organisation, in Audet, M. e Malouin, J.-L., **La production des connaissances scientifiques de l'administration**. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1986.

\_\_\_\_\_. **Ciência com consciência**. Lisboa : Europa-América, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Problema epistemológico da complexidade**. Lisboa : Europa-América, 1982.

\_\_\_\_\_; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

PADOVANI, Umberto, CASTAGNOLA, Luis. O positivismo. In: **História da Filosofia**. Melhoramentos, 1962.

PRIGOGINE, Ilya. STENGERS, Isabelle. **A nova aliança**: metamorfose da ciência Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. POPPER, Karl R. A lógica da investigação científica. Abril Cultural, 1980.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova Ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

RADCLIFFE-BROWN, A. Sobre o conceito de função em ciências sociais, in **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SERVA, Maurício. O paradigma da complexidade e a análise organizacional, in **Revista de Administração de Empresas**, 32(2):26-35, abr/jun 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista crítica de Ciências Sociais. 63. Out 2002, p. 237 -280.

\_\_\_\_\_; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o Cânona da produção. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista, 2002, p.23-77.